



ACTA Nº 12/2011

DA SESSÃO ORDINÁRIA DE DEZEMBRO DE 2011
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 28 DE DEZEMBRO DE 2011

-----No dia 28 de Dezembro de 2011, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se em Sessão Ordinária de Dezembro, convocada ao abrigo do nº 1 do Artigo 49º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro e 67/2007, de 31 de Dezembro, das alíneas a), q), u) e v) do nº 2 do Artigo 19º, dos nºs 1 e 3 do Artigo 23º, do nº 3 do Artigo 26º e nº 2 do Artigo 29º, todos do respectivo Regimento, os Deputados da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**

- PONTO 1 - *Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do município;*
- PONTO 2 - *Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano e da proposta de Orçamento para 2012;*
- PONTO 3 - *Apreciação e votação da proposta de desafectação do domínio público de uma parcela de terreno sita no Maranhão – Meia Praia – Freguesia de S. Sebastião;*
- PONTO 4 - *Apreciação e votação do pedido de rectificação da minoração do Imposto Municipal sobre Imóveis 2012 – Centro Histórico da Cidade de Lagos – Deliberação nº 60/AM/2011, tomada na 2ª Reunião da Sessão Ordinária de Setembro de 2011, da Assembleia Municipal, realizada no dia 4/10/2011;*
- PONTO 5 - *Apreciação e votação da proposta de Regulamento de Cedência do Centro Cultural de Lagos;*
- PONTO 6 - *Apreciação e votação da proposta de actualização anual e custos gerais do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação, Taxas e Compensações Urbanísticas do Município de Lagos.*

-----**ABERTURA DA SESSÃO:** Dado falta da Sra. Ana Cristina Olivença (PS), Segunda Secretária da Mesa, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), convidou para exercer as funções de Segunda Secretária da Mesa, durante esta Sessão, uma Deputada Municipal do Grupo do PSD, Sra. Ana Margarida Martins (PSD). Verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 54 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO(A) DEPUTADO(A) MUNICIPAL
PS	António Lourenço do Rosário Barroso
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade (1º Secretário)
PS	Gonçalo Alexandre da Palma Marreiros
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim)
PS	José de Jesus Figueiras Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de S. João)
PS	Maria Alice Penilo de Jesus
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Maria Fernanda Pires Miranda de Carvalho Afonso
PS	Maria Isabel da Glória Caetano Luz (Secretária da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Maria Teresa Andrêz Gonçalves
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria)
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente)
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho
PS	Vítor José Batalha de Oliveira (Secretário da Junta de Freguesia de S. Sebastião)
PSD	Ana Margarida Passos Águas Bento Barros Martins
PSD	Eurico José dos Reis Correia
PSD	Fernando Manuel Cristino Marreiro
PSD	João António do Rio Rosa Bravo
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo
CDS	Maria Filomena Vieira de Jesus Sena da Cunha Lima
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
BE	Manuela José Goes Ferreira da Silva

-----**ENTRARAM JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO**, no momento indicado nesta Acta, os seguintes Deputados Municipais:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira



PS

Luís Alberto Bandarra dos Reis
(Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)

-----SUBSTITUIÇÃO DE DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – TOMADA DE POSSE:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo	Sessão Ordinária de Dezembro/2011	Gonçalo Alexandre da Palma Marreiros
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas	Sessão Ordinária de Dezembro/2011	Maria Teresa Andrêz Gonçalves
PS	Carlos Alberto Martins Ribeiro	Sessão Ordinária de Dezembro/2011	António Lourenço do Rosário Barroso
PSD	Isabel Maria da Silva Matos Azevedo	Sessão Ordinária de Dezembro/2011	Rui Filipe Machado de Araújo
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim	Sessão Ordinária de Dezembro/2011	Fernando Manuel Cristino Marreiro
PS	Rui Manuel Furtado Barros dos Santos	Sessão Ordinária de Dezembro/2011	José Tomé
PS	José Tomé	Sessão Ordinária de Dezembro/2011	Maria Alice Penilo de Jesus
PSD	José Valentim Rosado	Sessão Ordinária de Dezembro/2011	Ana Margarida Passos Águas Bento Barros Martins

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	SITUAÇÃO
PS	Pedro Manuel Santa Rita Figueiredo Magalhães (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)	Solicitou substituição para a Sessão Ordinária de Dezembro/2011, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 38.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro e 67/2007, de 31 de Dezembro.



Fl. 100v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

PS	Maria Isabel da Glória Caetano Luz* (Secretária da Junta de Freguesia da Luz)	Substitui o Sr. Pedro Santa Rita (Presidente da Junta de Freguesia da Luz).
PS	Joaquim Pedro Martins Parreira Cruz (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião)	Solicitou substituição para esta reunião, ao abrigo da alínea c) do nº 1 do artigo 38º da Lei nº 169/99, de 18/09, alterada pelas Leis nºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro e 67/2007, de 31 de Dezembro.
PS	Vítor José Batalha de Oliveira (Secretário da Junta de Freguesia de S. Sebastião)	Substitui o Sr. Joaquim Pedro Cruz (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião).

-----* Tomou Posse.-----

-----**FALTOU A ESTA SESSÃO A DEPUTADA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**, a seguir indicado:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DA DEPUTADA MUNICIPAL
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença (2ª Secretária)

-----**MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA SESSÃO:**

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Júlio José Monteiro Barroso - Presidente
PS	António Marreiros Gonçalves - Vice-Presidente
PS	Carlos Alberto Cravo de Albuquerque - Vereador
PSD	Nuno Pedro dos Santos Borges Marques - Vereador
PSD	José Joaquim Pacheco dos Reis - Vereador

-----**FALTARAM A ESTA SESSÃO OS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL**, a seguir indicado:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Jorge Bugalho Serpa - Vereador
PS	Livónia Cristina Cravinho Xavier - Vereadora

-----**ACTAS DE REUNIÕES ANTERIORES:** Dispensada a sua leitura, uma vez que as mesmas tinham sido oportunamente enviadas aos Grupos Municipais e a todos os Deputados da Assembleia Municipal, foram pelo Plenário apreciadas as seguintes actas:



-----Acta nº 10/2011 da 1ª Reunião da Sessão Extraordinária de Novembro de 2011 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 28 de Novembro de 2011.-----

-----A Acta nº 10/2011 obteve o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	2	1	1	1	21
ABSTENÇÕES	0	3	0	0	0	3
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO Nº 74/AM/2011:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Acta nº 10/2011 da 1ª Reunião da Sessão Extraordinária de Novembro de 2011 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 28 de Novembro de 2011.-----

-----Acta nº 11/2011 da 2ª Reunião da Sessão Extraordinária de Novembro de 2011 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 5 de Dezembro de 2011.-----

-----A Acta nº 11/2011 obteve o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	14	2	1	1	1	19
ABSTENÇÕES	2	3	0	0	0	5
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO Nº 75/AM/2011:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Acta nº 11/2011 da 2ª Reunião da Sessão Extraordinária de Novembro de 2011 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 5 de Dezembro de 2011.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

-----**LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:** Foi lida a correspondência recebida, registada sob os números 239/2011 a 336/2011, inclusive.-----

-----Seguiu-se a leitura da correspondência expedida, compreendida entre os números 175/2011 a 268/2011, inclusive.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta leitura, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)	21.01

-----**INTERVENÇÕES DOS DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Considerando que a Lei do Orçamento de Estado para 2012 expõe as reais motivações, conteúdos e objectivos que o Documento Verde da Reforma da Administração Local (conhecido como Livro Verde) dissimula sob um conjunto de frases feitas e falsos desideratos ali proclamados; Considerando que às proclamações contidas no Livro Verde (de que



Fl. 101v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

são exemplo as repetidas referências a “ganhos de escala, coesão territorial, sustentabilidade financeira, racionalização e eficiência”) se contrapõe em toda a sua exuberância e brutalidade a Lei do Orçamento de Estado que, em si mesma, em matéria de autarquias locais, é um exercício de condenação do poder local democrático e um ataque sem precedentes ao municipalismo e à vida democrática no plano local; Considerando que a Lei do Orçamento de Estado para 2012 exhibe e impõe um modelo que, para lá da flagrante violação do princípio constitucional da autonomia, exprime uma concepção centralista e de grosseira subalternização do poder local, procurando transformar as autarquias em meras dependências do poder central administradas e reguladas em matérias decisivas (como as financeiras, orçamentais e de pessoal) a partir não das decisões dos eleitos com legitimidade para o fazer, mas sim de actos discricionários de membros de governo; Considerando que esta concepção (em flagrante contraste e negação da retórica exibida pelo Livro Verde sobre “reforço saudável do municipalismo”) significa que decisões como as aberturas de concursos para admissão de pessoal, de fixação da estrutura municipal, da definição do elenco de pessoal dirigente ou de contracção de empréstimos passam a ser determinadas pelo Ministro das Finanças, num quadro conceptual de gestão local que a aproxima perigosamente daquela que a Revolução de Abril veio pôr cobro; Considerando que a Lei do Orçamento de Estado para 2012 dá um novo passo, agora de outro nível qualitativo, no processo de asfixia financeira das autarquias (evidenciado pela perda crescente de peso das transferências para as autarquias quando comparadas, quer na sua relação com a evolução dos impostos cobrados pelo Estado, quer na sua relação com o Produto Interno Bruto) e que já há largo tempo se vem desenvolvendo ao arrepio do preceito constitucional que determina a justa partilha de recursos públicos entre os níveis central e local do Estado em clara violação dos regimes legais de finanças locais (cada um deles construído, no plano dos montantes a afectar às autarquias, sobre os escombros de sucessivos incumprimentos dos que o antecederam); Considerando que, com esta Lei, o Governo não só retira mais 120 milhões de euros em 2012 às verbas que as autarquias tinham direito, como lança mão de novos e intoleráveis expedientes para cobrir novos roubos ao poder local; Considerando que com a drástica redução de verbas transferidas para as autarquias fica não apenas comprometida a capacidade de investimento e de resposta às funções de serviço público, mas também a possibilidade de apoio e estímulo à actividade das colectividades e do movimento associativo em geral que hoje têm como único parceiro o poder local para a múltipla e insubstituível acção de promoção do desporto, da cultura e do recreio que desenvolvem; Considerando que a chamada “reorganização administrativa” destinada à liquidação (disfarçada no Livro Verde sob a designação de “agregação”) de quase duas mil freguesias constitui em si mesmo um deliberado factor de empobrecimento da dimensão democrática e participada do poder local e do valor que representa a alargada intervenção de cidadãos na gestão da vida pública local e um reflexo das concepções antidemocráticas instaladas no Governo; Considerando que a reorganização preconizada pelo Governo não é determinada por nenhuma intenção séria de dignificar e elevar a eficácia da gestão das autarquias nem de



modernizar a administração do território, a qual para ser aceite, deveria contemplar a criação das Regiões Administrativas e não a extinção de freguesias ou municípios; Considerando que o poder local democrático, indissociável da existência de órgãos próprios eleitos democraticamente, com poderes e competências próprias e agindo em total autonomia face a outros órgãos, e submissão apenas à Constituição, às Leis, aos Tribunais em sede de aplicação dessas mesmas leis e ao Povo, é parte integrante do Estado Português; Considerando que as autarquias constituem um dos pilares fundamentais da democracia, pelo número alargado de cidadãos que chama a intervir como representantes do povo na gestão da coisa pública, pelas oportunidades de participação efectiva dos cidadãos em geral nas decisões que lhes interessam, pela forma aberta e transparente da sua acção e ainda pelas realizações concretas que promove e têm contribuído para a melhoria dos factores contributivos à qualidade de vida, tomando como exemplos a salubridade, as acessibilidades, os transportes, os acessos à saúde, à educação, à cultura, à prática desportiva, entre tantos outros; Considerando que é residual o peso do poder local nas contas públicas e, em especial, é ínfimo o das freguesias; Considerando que desde há muitos anos alguns não se conformam com o carácter avançado, democrático e progressista do poder local e que alguns outros, em particular, de há muito consideram as freguesias como algo dispensável e até incómodo; Considerando que com esta reforma o que se pretende é minorizar o poder local e a expressão democrática de representação e participação política, atingindo pela extinção coerciva centenas de freguesias e liquidação de dezenas de municípios, atingidos também por um maquiavélico processo de asfixia e inviabilidade financeira, de que se dá conta no Orçamento de Estado; Considerando, por fim, que se pretende impor a subversão do sistema de eleição dos órgãos municipais para assegurar a constituição de executivos monocores à custa da liquidação do seu carácter plural e democrático e das condições de fiscalização e controlo democráticos, num quadro em que, no fundamental, o actual regime provou ser não apenas um factor de estabilidade e governabilidade, mas também um espaço de cooperação e trabalho comum de eleitos de diversas forças políticas; A CDU – Coligação Democrática Unitária propõe que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em 28 de Dezembro de 2011, delibere: 1 - Rejeitar o chamado «Livro Verde» para a reforma da administração local, por este se constituir como um instrumento orientado para a liquidação do poder local democrático e das suas características mais progressistas; 2- Repudiar a intenção de extinguir as autarquias existentes, seja pela sua pura eliminação, seja por recurso a qualquer forma de engenharia política, que lhes retire o que têm de essencial, como sejam, os órgãos democraticamente eleitos, as suas atribuições próprias e a parte dos recursos públicos essenciais à sua existência e funcionamento, nas condições de autonomia previstas na Constituição da República Portuguesa; 3 - Rejeitar a campanha de condicionamento da opinião pública para a minorização do poder local e de fomento da desconfiança sobre os eleitos, destinada a justificar um ataque que, em última instância, é dirigido contra as populações e se destina a iludir o contributo insubstituível que as autarquias deram para a melhoria das condições de vida e de



Fl. 102v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

progresso local; 4 - Manifestar a sua mais viva discordância da Lei de Orçamento de Estado que se afirma, nas suas disposições, como um meio de impor limitações inaceitáveis à autonomia das autarquias e de consagrar cortes de financiamento incompatíveis com o pleno direito de exercício das suas atribuições e competências; 5 - Sublinhar que este ataque ao poder local é um ataque dirigido às populações, aos seus direitos e legítimas aspirações a uma vida digna, é inseparável da ofensiva que ao mesmo tempo extingue serviços públicos, nega o direito à saúde e reduz o direito à mobilidade, tudo num processo de desertificação e abandono que a liquidação das freguesias acentuará; 6 - Alertar as populações, o movimento associativo popular, os trabalhadores das autarquias e os agentes económicos locais para as consequências nas condições de vida e nos condicionamentos ao desenvolvimento e progresso locais que daqui resultarão; 7 - Manifestar a inteira solidariedade aos trabalhadores das autarquias atingidos nos seus rendimentos, direitos e estabilidade de emprego, quer pelas disposições do Orçamento de Estado relativas a matéria salarial ou de carreira, quer pela ameaça decorrente da extinção de centenas de freguesias. 8 - Enviar esta moção às seguintes entidades: - Assembleia da República; - Grupos Parlamentares dos Partidos Políticos na Assembleia da República; - Primeiro-ministro; - Ministro-adjunto e dos Assuntos Parlamentares; - Associação Nacional de Municípios Portugueses; Associação Nacional de Freguesias; - Assembleias Municipais do Algarve; - Órgãos de Comunicação Social locais, regionais e agências de informação.”-----

-----A Sra. Maria Fernanda Afonso (PS) anunciou a abstenção do PS, em relação à Moção apresentada.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira	21.02

-----Posto isto foi a Moção, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, colocada à votação, tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	0	0	1	0	1
ABSTENÇÕES	18	0	1	0	1	20
VOTOS CONTRA	0	5	0	0	0	5

-----**DELIBERAÇÃO Nº 76/AM/2011:**

-----**Reprovada**, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Declaração de Voto efectuada pela Sra. Maria Fernanda Afonso (PS): “O Poder local é uma mais valia da Democracia Portuguesa. Defendemos que a Reforma da Administração Local tem de ser liderada pelos princípios da descentralização, da proximidade aos cidadãos, do fortalecimento das relações entre eleitos e eleitores, mas também da racionalização dos recursos e da redução dos custos da



Administração, tendo sempre em conta a sua eficiência e eficácia. A discussão/debate em torno do Documento Verde da Reforma da Administração Local saúda-se e recomenda-se vivamente. Contudo, manda o bom senso que as posições não se devem extremar, que os Autarcas por um lado, e o Governo por outro, tudo devem fazer para encontrarem uma plataforma de entendimento, conduzindo o processo através de um diálogo construtivo e não de gestos populistas e radicais. Uma Reforma com esta abrangência, que tantas implicações terá na vida dos cidadãos, deve, forçosamente, reger-se por critérios bem definidos, não podendo ser generalista até ao absurdo, levando em linha de conta exceções, ser exigente e rigorosa na estrutura de critérios para a definição do novo mapa, ponderando factores não só na lógica da evolução demográfica e socioeconómica verificada nos últimos 30 anos, mas considerando, igualmente, factores de natureza sociocultural.”-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Aprovado o Orçamento de Estado, o governo veio a público anunciar o aumento das taxas moderadoras nos centros de saúde e nos hospitais e isto sem contar com os custos de outros actos de diagnóstico que tenham de ser efectuados. O Governo diz que é preciso reduzir o recurso às urgências hospitalares, mas não garante as respostas adequadas ao nível dos cuidados de saúde primários, encerrando extensões de saúde e reduzindo o horário das valências nos centros de saúde, restando como única alternativa as urgências hospitalares. Não satisfeito, o governo degrada ainda mais as condições de vida dos portugueses com estes aumentos brutais – algumas mais que duplicam, por exemplo nas consultas nos centros de saúde ou nas urgências hospitalares, e quase que triplicam como no caso das consultas nos SAP. Introduz novas taxas para os cuidados de enfermagem e até cobram taxas de consultas em que os utentes estão ausentes. Existem meios complementares de diagnóstico e terapêutica que não estavam sujeitos a taxa moderadora e que agora passarão a estar. Tais medidas são parte de um plano mais vasto de destruição do Serviço Nacional de Saúde e nesse está incluído o objectivo de afastar as pessoas dos cuidados de saúde, comercializando a doença e dificultando as classes mais desfavorecidas no acesso à saúde pública, gratuita e de qualidade. Agravando o custo dos bens e serviços essenciais, cortando no rendimento, nos salários e pensões de trabalhadores e reformados, empurrando milhares de pessoas para o desemprego, liquidando e encerrando mais serviços de saúde, aumentando as taxas moderadoras, esta política da saúde de uns e da doença da maioria não pode colher quaisquer posições de apoio e consideração. Na sequência destas políticas puramente economicistas e injustas, muitos são já os centros de saúde e hospitais do nosso país a funcionar com um número insuficiente de trabalhadores, médicos e prestadores de cuidados. É bom lembrar-se que, só na nossa região, mais de 100 mil algarvios não têm médico de família. Neste sentido a Assembleia Municipal de Lagos, reunida a 28 de Dezembro de 2011, delibera: 1 - Rejeitar, por inaceitáveis, os aumentos previstos das taxas moderadoras. 2 - Protestar junto do Ministério da Saúde contra esta medida. 3 - Solidarizar-se com a população atingida. 4 - Mais delibera enviar esta



Fl. 103v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

moção às seguintes entidades: - Assembleia da República; - Grupos Parlamentares da Assembleia da República; - 1º Ministro; - Membros do Governo com Tutela; - Direcção Regional de Saúde; - Órgãos de Comunicação Social.”-----
-----Não tendo sido alvo de qualquer tipo de intervenção, foi a Moção, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, colocada à votação, tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	17	0	1	1	1	20
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	5	0	0	0	5

-----DELIBERAÇÃO Nº 77/AM/2011:

-----**Aprovada**, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-

-----Não participou nesta votação por se encontrar ausente da sala o Sr. Hugo Pereira (PS).-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Depois das sucessivas intenções, mais ou menos camufladas e mais ou menos levadas a cabo, eis que estão finalmente implementados e em funcionamento os pórticos de cobrança de portagens ao longo da Via do Infante (A22). Não se constituindo como alternativa à Via Longitudinal do Algarve, a qual não preenche os requisitos técnicos para ser considerada auto-estrada, a EN 125 é uma via de características urbanas com passagem por muitas localidades e com um grande número de rotundas, tristemente célebre pelos muitos acidentes mortais que tem provocado, e cuja previsível sobrecarga rodoviária vai acrescentar problemas aos muitos problemas já existentes, numa clara injustiça contra o desenvolvimento regional. Ainda que contra a vontade da população algarvia, indiferente aos gravíssimos encargos financeiros que as portagens irão trazer para as micro e pequenas empresas, a encerrar todos os dias, para os trabalhadores algarvios e para os orçamentos familiares já em conhecida asfixia, ainda que sabendo das graves consequências que esta medida trará para a economia debilitada da nossa região, o Governo delibera accionar os dispositivos de portagem e de mais não quer saber. Junto com a população algarvia e consciente de que a decisão agora efectivada de portajar a Via do Infante agravará inequivocamente a débil economia da nossa região e as condições de sobrevivência de centenas de empresas e trabalhadores do Algarve, a Assembleia Municipal de Lagos, reunida a 28 de Dezembro de 2011, delibera: Manifestar a sua opinião que é inaceitável a implementação de portagens na Via do Infante (A 22) e de que está contra esta decisão tão nefasta para o Algarve. Que seja enviada às seguintes entidades: - Assembleia da República; - Grupos Parlamentares da Assembleia da República; - 1º Ministro; - Membros do Governo com Tutela; - Órgãos de Comunicação Social locais.”-----

-----O Sr. João Bravo (PSD) anunciou que o PSD ia votar a favor da Moção apresentada pela CDU, uma vez que quer reiterar uma posição já tomada pelo PSD, há vários anos, na Assembleia Municipal, desde que se começou a falar na



eventualidade da Via do Infante vir a ser portajada, sendo o PSD Lagos contra a cobrança de portagens na Via do Infante.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que o PS já tinha demonstrado a sua não concordância com algumas Moções apresentadas à Assembleia Municipal pela CDU, quando era abordado o tema das portagens na Via do Infante. Referiu que o PS sempre defendeu que enquanto não estivessem implementadas as portagens e enquanto não chegasse ao fim este processo, que infelizmente chegou a um termo com o qual o PS não concorda, o PS não aprovava uma Moção sem saber ao certo, o que iria acontecer. Disse que a votação do PS em relação à Moção apresentada pela CDU, pode parecer contraditória, mas neste momento a existência de portagens na Via do Infante é uma realidade, apesar de haver discriminação positiva para os habitantes do Algarve e parte do Baixo Alentejo, o que não considera suficiente. Referiu que a implementação das portagens não está bem feita e que o PS sempre disse que aceitaria portagens na A22 desde que a EN 125 estivesse requalificada, situação que não se verifica. Disse ainda que a Moção apresentada pela CDU não é tão “radicalista” como as anteriormente apresentadas. Anunciou o voto favorável do PS em relação à Moção apresentada pela CDU.-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) começou por anunciar o voto a favor do BE em relação à Moção em discussão. Deu os parabéns à coerência do Grupo Municipal do PSD, relativamente ao sentido de voto anunciado por este Grupo Municipal.-----

-----O Sr. João Bravo (PSD) disse haver coincidências felizes, sendo que foi preciso o Governo da Nação mudar, para que o PS mudasse o seu sentido de voto em relação a este assunto das portagens na A22. Referiu que todos sabem que a EN125 nunca será alternativa à Via do Infante, mesmo depois das obras de requalificação. Disse que o PS nunca quis afrontar o Governo Central, nunca quis defender os interesses da população algarvia, e nomeadamente a população lacobrigense. Afirmou que o PSD nunca teve problemas em votar contra as portagens na Via do Infante e reiterou que se todos tivessem unido esforços na devia altura esta situação, possivelmente, não se tinha verificado, mas o PS assim não o quis.-----

-----A Sra. Filomena Sena (CDS) anunciou o voto favorável do CDS na Moção apresentada pela CDU. Disse haver duas situações que têm que ser tomadas em grande consideração, são elas a vertente do pagamento e a vertente da não alternativa, uma vez que a EN 125 não é e nunca vai ser alternativa à A22 e a ideia do anterior Governo de que as SCTU's se pagavam a elas próprias é uma miragem. Referiu que o pagamento vai trazer graves problemas ao Algarve, não pelo pagamento em si, mas pela forma do pagamento e pela confusão que está a gerar este sistema de pagamento.-----

-----O Sr. Eurico Correia (PSD) começou por dizer que ainda bem que é Natal, porque o Natal, por vezes, traz estas prendas no sapatinho, tendo sido o Pai Natal generoso com a Bancada do PS. Disse que é a primeira vez, em três anos, que vê o PS votar favoravelmente uma Moção da CDU, uma vez que o normal era o PS dizer “as moções da CDU, trazem água no bico”, “nós já sabemos o que é, nem sequer olhamos para elas”, “votamos contra”. Referiu que chama coerência ao que se



Fl. 104v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

verificou hoje nesta reunião com esta Moção, uma vez que o PSD sempre manteve a posição já assumida, sobre este assunto, não só no tempo do Governo PS, mas também no tempo do Governo PSD.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse ser verdade que estamos na época natalícia, mas recordou à Bancada do PSD a incoerência desta, uma vez que um Membro da Bancada do PSD na AMAL é a favor das portagens na Via do Infante, ou seja, a Bancada do PSD Lagos, tem um representante num Órgão regional que afirma ser a favor das portagens. Referiu que o PSD para ficar contra o PS vota favoravelmente as moções da CDU, pelo que o PS já conhece o “jogo de cintura” do PSD. Dirigindo-se ainda ao Grupo Municipal do PSD, disse que era bom que o PSD não se esquecesse que quem impôs a cobrança de portagens na Via do Infante foi o PSD nacional. Disse ainda que a votação do PS em relação às moções apresentadas pela CDU são assumidas de forma clara.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse ter ficado agradado com a posição assumida perante esta Moção, uma vez que mais vale tarde do que nunca, mas já o mesmo não pode dizer em relação à votação de outros Membros em outros Órgãos. Referiu que o conteúdo das moções apresentadas pela CDU não são radicais, mas se assim o entendem então bem-vindos às moções radicais.-----

-----O Sr. Eurico Correia (PSD) disse que não estão na AMAL, nem no Governo, nem na Assembleia da República, mas sim na Assembleia Municipal de Lagos e a posição do PSD sempre foi esta. Esclareceu que o PSD não tem que seguir o que a AMAL vota ou o que o Governo entende que se deve votar. Referiu que o PSD Lagos é contra as portagens na Via do Infante e é isso que está a defender nesta reunião.-----

-----A Sra. Maria Fernanda Afonso (PS) disse que a Assembleia Municipal de Lagos tem cinco representantes na AMAL, sendo um deles o Sr. José Valentim Rosado, do Grupo Municipal do PSD, que hoje pediu substituição, e se o Sr. José Valentim estivesse presente nesta reunião, certamente iria dizer o que disse na AMAL, que é a favor das portagens na Via do Infante, por isso a coerência do PSD é relativamente à posição que sempre teve, mas não espelha a coerência de um espírito de equipa. Afirmou que o Sr. Eurico Correia dizer que o PS vai votar, pela primeira, a favor de uma Moção da CDU e a Sra. Manuela Goes dar os parabéns pela coerência, cai mal na sua perspectiva. Referiu que o PS vota em consciência.-----

-----O Sr. Eurico Correia (PSD) disse que o que foi dito pelo PSD são tomadas de posição. Referiu que se o Sr. José Valentim estivesse presente manteria a sua posição, mas isso só revela que o PSD é um Partido livre, de expressão democrática em termos de votação. Disse ainda não acreditar que o Sr. José Valentim tivesse solicitado a sua substituição pelo facto deste assunto vir, novamente, à discussão na Assembleia Municipal.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) lendo um excerto de texto publicado na internet disse o seguinte “Desde 2006, que os governos do Partido Socialista definiram critérios para a introdução progressiva de portagens nas auto-estradas sem custos para o utilizador (SCUT). No entanto, na



ausência de maioria parlamentar que viabilizasse essa introdução progressiva, foi necessário estabelecer um acordo parlamentar com o PSD. No âmbito desse acordo, em 2010, o PSD impôs o princípio da universalidade, isto é, que fosse introduzida de imediato a cobrança de portagens em todas as sete SCUT existentes à data.”-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) disse que, do ponto de vista do BE, a política faz-se contestando, dando parabéns e sobretudo tomando posições e apraz-lhe muito, na vida política, a coerência.-----

-----Posto isto foi a Moção, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, colocada à votação.-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 78/AM/2011:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Não participou nesta votação por se encontrar ausente da sala o Sr. Hugo Pereira (PS).-----

-----**INTERRUPÇÃO DA SESSÃO:** Neste momento, eram 21 horas e 30 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Sessão para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 21 horas e 50 minutos.-----

-----**APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:**

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), apresentou a seguinte Proposta de Alteração à Ordem do Dia, na sequência de uma solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal: “Ponto 2 - Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano e da proposta de Orçamento para 2012, passa a Ponto 1 da Ordem do Dia, Ponto 1 - Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do município, passa a Ponto 2 da Ordem do Dia, mantendo-se inalterados os restantes Pontos da Ordem do Dia.”. Informou ainda que a sugestão deve-se ao facto do Sr. Presidente da Câmara Municipal, não poder estar presente numa eventual segunda reunião desta Sessão a realizar-se no dia 29 de Dezembro.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse nada ter a objectar, mas não era por esta lógica, porque o Ponto referente à Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do município, é da responsabilidade do Presidente da Câmara e pela lógica apresentada, também não pode ser discutida na segunda reunião com o Sr. Presidente da Câmara, ou seja, não podendo estar presente na reunião o Sr. Presidente da Câmara Municipal, outros Membros do Executivo em permanência podem substituí-lo.-----

-----O Sr. Eurico Correia (PSD) informou que o PSD nada tinha a opor em relação à Proposta de Alteração apresentada pelo Sr. Presidente da Mesa.-----

-----Posto isto foi colocada à votação a Proposta de Alteração à Ordem do Dia apresentada pela Mesa da Assembleia Municipal.-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 79/AM/2011:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Proposta de Alteração apresentada pela Mesa da Assembleia Municipal.-----

-----Seguidamente foi colocada à votação a Ordem do Dia para a presente Sessão da Assembleia Municipal.-----



Fl. 105v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

-----**DELIBERAÇÃO Nº 80/AM/2011:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**PONTO 1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2012:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Coordenadores dos Grupos Municipais e a todos os Deputados da Assembleia Municipal que a requisitaram ao abrigo da alínea v) do nº 2 do artigo 19º do Regimento, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D-508-20.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respectiva introdução ao assunto.-----

-----O Sr. Eurico Correia (PSD) disse o seguinte: “É com muita preocupação que o PSD olha para a situação actual do Concelho, onde a política de desenvolvimento escolhida pelo partido socialista tem o seu reflexo no descalabro estrutural das finanças locais. A desorientação, a falta do rigor e objectividade quando nos debruçamos sobre as Grandes Opções do Plano ou do Orçamento é bem patente do estado em que as coisas estão, porque a apresentação destes dois documentos vai mais além dos requisitos legais, os mesmos “deveriam” ser o suporte estratégico da actividade da autarquia ao nível da gestão para o ano 2012, o que não acontece. Ao contrário é dada continuidade a uma documentação irrealista onde as Grandes Opções do Plano não passam da recolha de informação em bruto que depois não é devidamente tratada e integrada no orçamento (Ex. Viabilizar os parques empresariais de Bensafrim, Almádena e Odiáxere (pag.8 GOP) onde consta no orçamento?... ou Dinamizar o edifício do mercado dos escravos, no âmbito da rede museológica municipal e da UNESCO, e desenvolver programas de divulgação do fenómeno da escravatura... onde consta e como consta as rubrica no orçamento). Temos ainda os objectivos estratégicos diria quase “jogados” dentro das GOP nas páginas 61 e 62... Os documentos não reflectem uma estratégia integrada! Outro exemplo é a questão da subvalorização às questões centrais da actual situação da autarquia, ou seja o desequilíbrio das receitas (tão badalada como causa justificativa para actual situação pelo PS...) que é projectada em orçamento na ordem dos 73.028.303... no mínimo contra-senso!... No lado das despesas é visível o elevado compromisso financeiro que está assumido pela autarquia (empréstimos e compromissos), contudo quando olhamos para as GOP estamos aparentemente perante mais compromissos (os exemplos dados). Os documentos aqui apresentados deveriam ser mais rigorosos visando uma gestão mais eficiente e realista das finanças locais. Seria desejável para o bem de Lagos que o partido socialista tivesse retirado os pontos fortes e fragilidades do balanço efectuado aqui nesta casa do último relatório de gestão e a partir daí tivesse elaborado a estratégia para 2012... Mas não, estamos perante uma documentação unilateral e insuficiente á realidade actual criada pelo partido socialista! Que agora quer arranjar sustentabilidade há insustentabilidade criou (ex. parques, consultorias desnecessárias, curva do autódromo, cineport, frente ribeirinha, caravela, etc.). O mais grave que



errar é a continuar a persistir no erro... pois sabendo-se inclusive pelo relatório dos revisores de contas já aqui debatido (e facto assumido pelo PS...) do desequilíbrio estrutural das contas da autarquia... leva o PSD a questionar onde estão as verdadeiras políticas nestes documentos e em especial no orçamento? Onde está o relançamento económico do concelho? Onde está uma linha de actuação para o equilíbrio da situação caótica actual e futura? Como encaramos o futuro de Lagos? É esse o equilíbrio que não encontramos na conjugação dos GOP com o orçamento... cuja a importância estratégica dos mesmos deveria ter sido assumida de outra forma! Assim e com o pouco espaço de manobra existente estamos ainda a reforçar o colapso do concelho. Por último e se não for incómodo o porquê de outros e mais outros no orçamento... temos rubricas descriminadas de 500 euros como é que temos outros de 55.000€ ou de 400.000€ sem descriminação (pág. 8 do orçamento – despesas). Concluímos: Um facto é que o PSD não esquece que a actual crise financeira, económica e social é um entrave que veio agravar e sobretudo antecipar as fragilidades estruturais do modelo de desenvolvimento que o Partido Socialista escolheu para Lagos... fragilidades essas há muito identificadas e com alertas e propostas sucessivas do PSD... No que se refere a estes documentos mais uma vez a palavra sustentabilidade é usada de forma perversa! O PSD vota contra às GOP e ORÇAMENTO.”-----

-----O Sr. Hugo Pereira (PS) disse não esperar o voto a favor do PSD às GOP e Orçamento para 2012, apresentados pelo actual Executivo Camarário, uma vez que nunca o fizeram e mostram que não querem brindar a população, apesar de, durante estes anos todos, a terem brindado com o não quererem fazer nada. Referiu que estão habituados a ver o PSD votar a favor das moções da CDU e agora estão a usar também a modalidade “cassete” como a CDU, uma vez que as palavras proferidas pelo PSD em relação a Orçamentos e Relatório Contas, são sempre as mesmas. Disse que gostava de saber com que obras feitas pelo Executivo PS, o PSD está contra e o que teria o PSD feito, no caso de estar no lugar do PS. Referiu que 2012, não vai ser só um ano de contenção e sobrevivência em Lagos, mas sim por todo o país, sendo este Orçamento a imagem disso. Disse que o PS vai exigir à Câmara Municipal que dê todo o apoio social necessário e possível, para aquelas pessoas que vão quase nem conseguir sobreviver.-----

-----O Sr. Eurico Correia (PSD) disse que era fácil de saber com que o PSD está contra e a favor: não estão contra as escolas, nem contra as obras feitas, sendo algumas de louvar; está contra o suporte dado pela Câmara Municipal à construção da Esquadra da PSP, quando este custo pertence ao Estado; contra a Caravela, o Cineport, contra a curva do autódromo, contra os subsídios extraordinários ao Gil Eanes.-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) disse que este orçamento mostra alguma contenção, mas é resultado de uma política despesista do actual Executivo em anos anteriores. Referiu ver com agrado o recurso, por parte da Câmara Municipal, aos locais, em detrimento de entidades e pessoas de fora do Concelho, lamentando o facto de ter sido a conjuntura a determinar tal facto, em vez de ser uma opção política do Executivo. Terminou dizendo que não lhe parece estar contemplada, na



Fl. 106v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

documentação, a necessidade premente actual, que é a prioridade que se sobrepõe a todas as outras, que são as pessoas, a sua sobrevivência com dignidade e a sua qualidade de vida.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse haver falta de encaixe entre as Grandes Opções do Plano e o Orçamento, uma vez que as Grandes Opções do Plano são uma série de e soma de objectivos de vários Serviços e que não encaixam no Orçamento. Mencionou que não via uma solução estratégica para o problema estrutural do Município. Disse que apesar de aumentar a receita prevista, em relação ao ano anterior, há realmente um esforço de contenção, mas somadas todas as coisas, ficam ainda cerca de cinquenta milhões de despesa, quando a receita não deve ultrapassar os quarenta milhões, ou seja, daqui a um ano e pouco, quando for apreciado o Relatório Contas de 2012, vão ser discutidos mais uns doze milhões de euros de dívidas e não se vê uma solução estratégica para resolver este problema. Referiu que uma das propostas do PSD contempladas neste Orçamento está relacionada com o apoio social, mas uma que não está bem explícita, apesar de ter sido proposta pelo PSD é o apoio à actividade empresarial, acrescentando que o facto da Câmara pagar aos pequenos fornecedores de Lagos, já era uma boa ajuda. Afirmou que o PSD sempre foi a favor das obras, o problema está na concentração de investimentos num curto espaço de tempo e ao recurso a parcerias para dar resposta a isto, não tendo sido salvaguardada qualquer eventualidade, como a que se verifica no presente. Disse que a única obra que levantou alguma dúvida foi o Parque de Estacionamento do Anel Verde. Terminou informando que o PSD está disponível para trabalhar numa solução estratégica para resolver o problema da dívida da Câmara Municipal.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que tinha informado que este ano estava a funcionar o Conselho Municipal da Juventude e é obrigatório, por lei, o Plano ir ao Conselho Municipal da Juventude para obter um parecer e isso não se verificou, por isso deixou o seu protesto. Referiu que os documentos apresentam muita generalidade e pouca concretização. Disse que é à custa da população de Lagos que o auto financiamento da Câmara Municipal é feito; a população tem cada vez mais dificuldades, mas os impostos municipais são lançados pela taxa máxima. Disse que isto é o reflexo daquilo que o Estado faz.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, começou por dizer que registou, com agrado, as intervenções ouvidas, acrescentando que alguns dos oradores falam muito mas não dizem nada, estando desintegrados do que está em discussão, e que à falta de melhor avançam com acusações no vazio. Esclareceu que aquilo que o PSD diz estar contra, vale, em termos orçamentais, setecentos, oitocentos mil euros. Referiu que ficou a saber que o PSD estava contra a Esquadra da PSP e não sabia que o PSD estava contra os subsídios extraordinários ao Gil Eanes, uma vez que foi o PSD, enquanto Governo Municipal, que instituiu tal subsídio, em 2001, sendo o valor na altura de dois mil e quinhentos contos. Informou que a Câmara dá a outros clubes subsídios extraordinários, não prescindindo de dar apoio aos clubes que têm uma prática que justifique tal apoio. Registou, com agrado, a disponibilidade manifestada pelo PSD, tanto na Assembleia



Municipal, como na reunião com o Executivo, no âmbito do Estatuto de Oposição, em participar na elaboração do Plano, achando que o PSD deve fazer a proposta de participação mais activa na elaboração do Plano e Orçamento da Câmara Municipal ao PS, uma vez que é o PS que suporta o actual Executivo Camarário em permanência, estando a Câmara Municipal disponível para fornecer todos os elementos solicitados. Acrescentou que esta disponibilidade do PSD nunca antes tinha sido demonstrada. Em relação ao elevado número de rubricas com a designação de “Outros”, esclareceu que as mesmas aparecem porque estão assim no POCAL. Disse que 2012 vai ser de sobrevivência e de resistência, uma vez que vai ser um ano muito difícil, exigindo das pessoas sacrifícios e responsabilidades acrescidas. Referiu que apesar de contemplada em Plano, não será lançada nenhuma obra que não tenha contemplação de tesouraria. Disse que o Plano contempla um conjunto de incógnitas, em termos de financiamento das acções e de uma imprecisão, aliada à necessidade de assunção de compromissos assumidos com a população, que fazem com que os Planos de Investimento sejam cumpridos, apenas, entre trinta a quarenta por cento, em qualquer município português. Referiu não compreender a afirmação de que há uma falta de encaixe entre o Plano e o Orçamento, uma vez que o Orçamento tem uma estrutura nada flexível porque tem que seguir, à risca, as orientações e as rubricas que constam de normas imperativas transmitidas pela tutela governamental. Disse que na página oito das Grandes Opções do Plano estão os compromissos eleitorais do PS e nos capítulos subsequentes estão os contributos dos Serviços, mas o Plano e Orçamento apresentados não são dos Técnicos da Câmara nem dos Chefes de Divisão, são da Câmara Municipal e do Executivo em permanência. Referiu que este Plano e este Orçamento para 2012 são os possíveis, organizados de acordo com as regras. Disse que não é verdade que o Conselho Municipal da Juventude não tenha sido ouvido no âmbito do Plano e Orçamento, uma vez que este Conselho foi ouvido de acordo com as regras impostas, tendo ido ao Conselho Municipal da Juventude aquilo que são as linhas orientadoras do orçamento naquilo que diz respeito à política de juventude, assim como foram ouvidos os partidos da oposição que quiseram ser ouvidos, uma vez que alguns não o quiseram, ou não o puderam, tendo enviado mais tarde um role de reivindicações e de exigências, que nada têm a ver com o propósito legal de audição da oposição. Referiu que, independentemente do sentido de voto de cada um, o importante é que cada um interiorize que estes instrumentos estão feitos com o rigor possível e com a intenção muito bem expressa de se encontrar uma saída para a situação que infelizmente assola o País. Afirmou que este Plano e Orçamento são os possíveis para a contenção e para a reorientação da despesa e para a receita que se vai efectivando mês após mês.-----

-----A Sra. Maria Fernanda Afonso (PS) disse que as Grandes Opções do Plano e o Orçamento estão encaixados, acrescentando que o Orçamento não é fictício; espelha a matriz do PS e o programa que o PS levou a sufrágio nas últimas eleições, dando enfoque a duas grandes áreas: - acção social e educação, sendo importante na acção social a recuperação e manutenção da habitação social municipal. Afirmou que a bancada do PS se revê neste Orçamento, compreendendo os



Fl. 107v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

constrangimentos económico-financeiros que a autarquia vive.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU), em relação ao Conselho Municipal da Juventude, disse que a lei diz que o Plano tem que ir quinze dias antes ao Conselho para este dar parecer sobre a parte relacionada com a Juventude, tendo sido apresentado ao Conselho Municipal da Juventude um conjunto de linhas estratégicas que não foram alvo de parecer. Sobre a reunião entre a CDU e o Executivo camarário, ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição, disse que a hora para a qual foi convocada a CDU, foi inoportuna, mas no dia a seguir foram enviados, por e-mail para a Câmara Municipal, os contributos da CDU para o Plano de Actividades.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que continua a ter dúvidas ao nível da receita. Compreende que o PS coloque as suas promessas eleitorais nas Grandes Opções do Plano, mas nesse caso devia estar explícito como as vão concretizar. Disse que o PSD tem outra maneira de ver as coisas e tem outro tipo de ideias, pelo que não pode concordar com determinadas situações colocadas nas Grandes Opções do Plano.-----

-----A Sra. Filomena Sena (CDS) disse que o Plano para 2011 era um Plano arrojado e de grandes dimensões e que o Executivo, dificilmente, iria conseguir pôr em prática, uma vez que já se estava a viver o período de crise, verificando a existência de uma diferença abissal entre o Plano para 2012 e o anterior. Considera haver coerência e disse tratar-se de um Plano de resistência, para além da sobrevivência. Referiu que as partes fundamentais de apoio social, de educação, de desporto e das obras em curso serão acauteladas e respeitadas. Disse verificar um esforço, por parte do Executivo, em cortar “gorduras” em determinados sectores. Afirmou que este Plano é um Plano de rigor, podendo pecar aqui ou ali nalguns pontos, nem tudo é perfeito, mas pode vingar e obter-se um resultado favorável para o ano de 2012, que será um ano de resistência e sobrevivência para todos os munícipes de Lagos e para todos os portugueses.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que o contributo da CDU para a elaboração dos documentos em discussão é apresentado na forma de exigências situação que não se deve verificar na elaboração de um Plano e Orçamento, uma vez que para elaboração deste tipo de documentos deve-se sugerir e apresentar propostas.-----

-----Posto isto foram submetidas à votação, as **GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS – P.P.I.) PARA O ANO 2012**, com a obtenção dos seguintes resultados:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	18	0	1	0	0	19
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	1	1
VOTOS CONTRA	0	5	0	1	0	6

-----Seguidamente foi submetido à votação, o **ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS PARA O ANO 2012**, com a obtenção dos seguintes resultados:



	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	18	0	1	0	0	19
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	1	1
VOTOS CONTRA	0	5	0	1	0	6

-----**DELIBERAÇÃO Nº 81/AM/2011:**

-----**Aprovadas**, por maioria, as Grandes Opções do Plano e a proposta de Orçamento para o ano de 2012, bem como o Mapa de Repartição de Encargos, o Mapa de pessoal e as alterações aos Protocolos a estabelecer com as Juntas de Freguesia, nos termos do disposto nas alíneas b) e o) do nº 2 do artigo 53º e nºs 1, 2 e 3 do artigo 66º, todos da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pelas Leis nºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro e 67/2007, de 31 de Dezembro, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 21 de Dezembro de 2011.-----

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. José Manuel Freire (CDU): “A CDU votou contra as Grandes Opções do Plano e Proposta de Orçamento para 2012 com fundadas razões, nomeadamente, porque este documento espelha já de forma evidente, as consequências das prejudiciais políticas recessivas impostas ao País pela troika estrangeira e postas em marcha por este governo. E porque não vimos reflectidas neste documento um conjunto de propostas apresentadas na fase de preparação ao abrigo do estatuto da oposição, de que destacamos: 1. A execução do Orçamento Participativo. 2. A urgente Revisão do PDM e conclusão dos PU de Odiáxere e da Luz, seguindo o método democrático de participação e atempada preparação da população para o conhecimento destes processos. 3. A rápida correcção das deficiências já diagnosticadas, em sede de discussão pública, na Revisão do Plano de Urbanização de Lagos. 4. A clara e pública definição de prioridades criteriosas e exequíveis, técnica e financeiramente, perante os problemas da Cidade e Freguesias. 5. A extinção das empresas municipais, por tudo o que de negativo têm revelado, desde financeiramente até à usurpação ao controle democrático da Cidade, população e autarquias, e com regresso das suas funções aos serviços camarários competentes. 6. A firme defesa e exigência junto dos órgãos centrais do governo, para execução das intervenções que lhe competem, com destaque para a instalação do novo hospital público de Lagos, com as valências e serviços indispensáveis para a população, tanto do Município de Lagos como dos Municípios vizinhos das Terras do Infante. 7. Da mesma maneira, insistir para classificação da Ria de Alvor, e instalação do seu Centro de Interpretação. 8. Atribuir sempre a primazia aos reais interesses da população, sejam sociais, económicos, ou culturais, sobrepondo-os, sem hesitações, a quaisquer outros e a quaisquer pressões, nomeadamente nas questões das actividades e instalações portuárias, da pesca e do turismo e lazer. 9. A criação de condições de qualidade para resposta qualificada às exigências do turismo actual, que já não é somente sol, praia, golfe e hotelaria de suporte, mas, predominantemente, exigindo a caracterização e afirmação identitária de Município, com base na história, tradições, hábitos e cultura, para anulação da sazonalidade, e consequente estabilidade da economia, trabalho e



Fl. 108v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

emprego local, reforçando a auto-estima dos munícipes. 10. A criação, com meios eficazes de divulgação e acção, de apoios, por fornecimento de apoios técnicos e benefícios em taxas, licenças e outros, a todas as iniciativas da população e a todas as situações identificadas pelos serviços, para recuperação de edifícios e áreas degradadas do Município, nomeadamente, e com prioridade urgente, intra-muralhas e Meia Praia. 11. Desenvolver o processo de reclassificação do Município de Lagos Livre de Organismos Geneticamente Modificados. 12. Recuperar a Bienal de Artes, com o prémio Joaquim Bravo. 13. Elaborar e divulgar publicamente, com rigor, um Plano de Contenção Financeira, sem afectar nem diminuir apoios à acção social, ao sector escolar, à limpeza e higiene urbana, assim como aos serviços de transportes “A ONDA”. 14. Repor a iluminação pública, ajustada ao nascer e ao pôr do sol, de modo a garantir, a segurança efectiva, e a repor o sentimento de segurança nas populações. 15. Desenvolver o projecto estratégico Lagos Cultural, dando conteúdo aos lemas Lagos dos Descobrimentos, Lagos Cidade Marítima, Lagos Porta da Europa, através da transformação do Museu José Formosinho em Museu de Memória e Identidade, com pólo central e pólos museológicos, recuperando muralhas, baluartes, Forte da Ponta da Bandeira e Forte da Meia Praia, criando e divulgando junto da população e proporcionando ao turismo os percursos temáticos Lagos e a História, Lagos e a Cultura, Lagos e o Mar, Lagos e o Desporto. Pelas razões apontadas a CDU não se revê na proposta apresentada pela Câmara Municipal, razão pela qual o nosso voto contra.”-----

-----**PONTO 2 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Deputados da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob o número D-508-23.-----

-----A Sra. Clara Rato (PS) saudou a iniciativa da Câmara Municipal, em conjunto com a Futurlagos, de não cobrar o estacionamento aos feriados e fins de semana em Dezembro, promovendo assim a deslocação de pessoas ao Centro Histórico, no sentido de fazerem compras no comércio tradicional em época de Natal. Salientou a renovação do protocolo entre a Câmara Municipal e a ACTA – A Companhia de Teatro do Algarve, apesar das dificuldades financeiras, uma vez que o trabalho desenvolvido por esta companhia junto das escolas é muito importante. Destacou o concurso de fotografia promovido pela Câmara Municipal, lamentando o facto de haver poucos participantes lacobrigenses.-----

-----A Sra. Maria Fernanda Afonso (PS) salientou o apoio que a Câmara vai dar na construção do Salão Paroquial da Luz. Congratulou-se com a afluência verificada na estação de serviço para auto caravanas, o que demonstra que não é preciso fazer grandes investimentos para promover a cidade. Deu os parabéns ao Veterinário municipal e aos serviços do canil/gatil, pelo trabalho desenvolvido no sentido de chamar voluntários para a causa dos animais. Terminou lamentando que as medalhas de louvor público municipal entregues na Sessão Solene do dia do Município, não tenham passado pela Assembleia Municipal, para terem um peso, verdadeiramente, municipal.-----



-----O Sr. João Luís (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim) informou todos os presentes que um jovem, morador na Freguesia de Bensafrim, está a necessitar de uma cadeira de rodas, estando a decorrer uma campanha de recolha de tampas de plástico com o intuito de adquirir uma cadeira de rodas, pelo que solicitou aos colegas, Presidentes de Juntas de Freguesia, que colaborassem na recolha de tampas de plástico e apelou a todos que entregassem tampas nas Juntas de Freguesia.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) solicitou esclarecimentos sobre o plano de economia de consumo de electricidade, uma vez que muitos têm sido os pedidos de esclarecimento solicitados à Junta de Freguesia de Santa Maria em relação ao desligar da iluminação pública ainda de noite. Disse que devia haver um ajuste de candeeiros apagados, em relação às passeadeiras de peões, uma vez que todas as passeadeiras devem ter luz. Referindo-se à preocupação, por parte da Câmara Municipal, com a área social, disse que uma carta da Câmara Municipal ao Deputado da Assembleia da República, Dr. Artur Rego, demonstra bem as preocupações sociais da Câmara Municipal. Realçou o facto do público em geral já poder fazer visitas guiadas ao farol da Ponta da Piedade.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) sobre o protocolo com senegaleses, perguntou para quando o início do mercado. Perguntou qual o ponto da situação em relação aos quiosques na Avenida. Sobre a iluminação pública, disse que há muitas pessoas a queixarem-se pelo facto da iluminação ser desligada muito tempo antes do sol nascer, o que causa algum medo por quem precisa de sair de casa de madrugada para trabalhar. Disse que há trinta e cinco anos que é eleito para os órgãos municipais e que este ano tinha sido a primeira vez que não tinha estado presente na Sessão Solene do dia do Município, por discordar com o modelo como são atribuídos os ditos louvores municipais, que são apenas camarários. Acrescentou que este modelo é um sinal do mau perder, em relação a uma situação passada na Assembleia Municipal e levou a que o Sr. Presidente da Câmara nunca mais quisesse trazer à Assembleia Municipal, Órgão a quem compete, segundo os regulamentos, atribuir condecorações municipais.-----

-----A Sra. Sara Coelho (PS) perguntou se a Câmara já está preparada para utilizar os textos de acordo com o novo acordo ortográfico, e porque é que alguma ilhas ecológicas têm sacos que não permitem a utilização da mesma.-----

-----O Sr. João Bravo (PSD) solicitou informação sobre reuniões realizadas entre a Câmara Municipal e as seguintes entidades: Associação da Ria de Alvor, SONAE, taxistas de Lagos e Instituto de Habitação; Abertura de concurso para a esplanadas do Infante. Referindo-se ao fornecimento e montagem de estruturas de protecção a equipamentos dos Paços do Concelho Séc. XXI, perguntou se são estruturas que deviam ter sido colocadas no início ou se são para substituir estruturas já danificadas. Em relação a obras de conservação e beneficiação do Centro Cultural, perguntou se as mesmas são prioritárias. Congratulou-se com o protocolo assinado com a associação senegalense e acrescentou que este podia servir de exemplo para começar a disciplinar a venda ambulante em Lagos.-----



Fl. 109v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

-----O Sr. Luís Bandarra (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) disse ser necessária a colocação de uma passadeira junto à escola de Odiáxere. Sugeriu à Câmara a realização de um estudo, em termos de sinalética/semáforos porque com a introdução das portagens na A22 o trânsito na EN125 aumentou, tornando-se um caos para os moradores do Odiáxere. Sobre a iluminação pública disse lamentar o facto de terem desligado um candeeiro colocado há cerca de um mês num local muito solicitado para ter iluminação pública, sem o terem consultado. Disse que Odiáxere está sempre disponível para colaborar em iniciativas de solidariedade, anunciando que está disponível para organizar uma festa para angariar fundos para o jovem munícipe, morador em Bensafirim, poder adquirir a necessária cadeira de rodas. Pediu à Câmara um esforço para minimizar os efeitos da estrada do Vale da Lama. Agradeceu a construção do Posto de Transformação que irá abastecer energia ao edifício da nova sede da Junta de Freguesia. Lamentou o encerramento das antigas instalações da ludoteca.-----

-----A Sra. Filomena Sena (CDS) disse ter sido com satisfação que tinha tomado conhecimento da renovação do protocolo entre a Câmara Municipal e a Academia de Música de Lagos.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, sobre as medalhas de mérito municipal, disse que a questão não é mau perder do Presidente, mas sim uma opção política assumida pelo Executivo face a uma componente, extremamente, politizada e partidarizada, neste âmbito. Referiu que, a seu ver, há uma incongruência, uma vez que nunca tinha visto o Presidente da República levar à Assembleia da República, ou um Primeiro-Ministro levar à Assembleia da República para votar com votação expressiva, a atribuição de uma condecoração. Acrescentou que a Câmara Municipal tem legitimidade para instituir as suas próprias medalhas, independentemente daquelas que o Regulamento existente contempla. Disse que a Câmara criou esta figura de atribuição de condecorações porque não concorda que certas condecorações tenham que ter votação unânime da Assembleia para as atribuir, uma vez que não é fácil haver uma opinião unânime em muitos dos casos. Referiu que a Assembleia Municipal tem poderes para alterar o Regulamento e para sugerir a atribuição de medalhas. Em relação à iluminação pública disse esperar que o facto do sol nascer cada vez mais cedo, venha amenizar algumas das questões levantadas. Sobre o início da venda ambulante feita por senegaleses, no seguimento do protocolo assinado com a associação, não tem data para se iniciar, é quando eles quiserem. Sobre os quiosque da Avenida informou que este assunto está a ser articulado com o IPTM estando a ser notificados todos os interessados. Informou que o novo acordo ortográfico irá ser respeitado e que os sacos são colocados em ilhas que estão avariadas. Mais informou que a Associação de Municípios da Ria de Alvor está suspensa, desde o dia 31 de Novembro. Disse que a Câmara está prestes a chegar a um entendimento com a SONAE com vista a dar resposta a todos os investimentos que a SOANE detém em Lagos. Referiu que o objectivo da reunião com os taxista foi de os colocar a falar uns com os outros, uma vez que em Lagos existem três centrais telefónicas. Disse que está a ser trabalhada uma solução para os fogos de Bensafirim e por isso foi realizada uma reunião com o Instituto de



Habitação. Sobre o concurso dos quiosque disse que o que está em causa, para já, é o concurso para a realização das obras, sendo que o concurso para adjudicação dos três blocos e de bares e o quarto bloco de papelaria/tabacaria/livraria vai ser aberto em breve. Informou que as obras na cobertura dos Paços do Concelho Séc. XXI não constavam da empreitada. Sobre as obras no Centro Cultural disse que as mesmas são necessárias, principalmente na ala de artes contemporâneas. Lamentou o lamento do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere sobre o encerramento das antigas instalações da ludoteca, quando este assunto foi amplamente discutido com a sua pessoa e foi feito no sentido da Câmara e da Junta de Freguesia terem algum ganho; acrescentou que apesar das novas instalações da ludoteca serem mais pequenas traz vantagens para as crianças uma vez que não as obriga a sair das instalações da escola. Em relação às outras questões colocadas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia disse que as mesmas irão ser equacionadas e faladas no sítio certo.-----

-----**PONTO 3 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE UMA PARCELA DE TERRENO SITA NO MARANHÃO – MEIA PRAIA – FREGUESIA DE S. SEBASTIÃO:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Deputados Municipais da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D - 508-24.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respectiva introdução ao assunto.-----

-----O Sr. João Bravo (PSD) anunciou o voto favorável do PSD em relação a este assunto, uma vez que nada tinham a objectar em relação a esta desafecção, mas informou que o PSD discorda do método utilizado pela Câmara Municipal para avaliar os terrenos.-----

-----Posto isto passou-se à votação da **PROPOSTA DE DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE UMA PARCELA DE TERRENO SITA NO MARANHÃO – MEIA PRAIA – FREGUESIA DE S. SEBASTIÃO.**-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 82/AM/2011:**

-----**Deliberado**, por unanimidade, autorizar a desafecção do domínio público municipal, no âmbito da alteração ao loteamento titulado pelo alvará nº 25/89, a parcela de terreno a seguir identificada, cedida ao Município através do alvará acima referido: - Parcela de terreno, sita no Maranhão – Meia Praia, freguesia de S. Sebastião, com a área de 1 381 m², que confronta do norte com o lote 15; do sul e do poente com Oceânico Investimentos Agrícolas de Lagos, Lda., e do nascente com José de Sousa, com o valor de 39 920,00€ (tinta e nove mil novecentos e vinte euros) e sem qualquer capacidade de edificação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea b) do nº 4, do Artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro e 67/2007, de 31 de Dezembro, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 16 de Novembro de 2011.-----



Fl. 110v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

-----**PONTO 4 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE RECTIFICAÇÃO DA MINORAÇÃO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS 2012 – CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE DE LAGOS – DELIBERAÇÃO Nº 60/AM/2011, TOMADA NA 2ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE SETEMBRO DE 2011, DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA NO DIA 4/10/2011:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Deputados Municipais da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D - 508-25.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respectiva introdução ao assunto.-----

-----Não tendo havido qualquer tipo de intervenção sobre este assunto, passou-se à votação do **PEDIDO DE RECTIFICAÇÃO DA MINORAÇÃO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS 2012 – CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE DE LAGOS – DELIBERAÇÃO Nº 60/AM/2011, TOMADA NA 2ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE SETEMBRO DE 2011, DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA NO DIA 4/10/2011.**-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 83/AM/2011:**

-----**Deliberado**, por unanimidade, corrigindo para minoração de 30% as situações que estavam previstas como isenção e minoração em 50%, na Deliberação nº 60/AM/2011, tomada na 2ª Reunião da Sessão Ordinária de Setembro de 2011, da Assembleia Municipal, realizada no dia 4 de Outubro de 2011, ao abrigo do disposto na alínea f), do nº 2, do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro e 67/2007, conjugado com o nº 6, do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, conforme proposta da Câmara Municipal de Lagos, aprovada na sua Reunião Pública Ordinária realizada no dia 7 de Dezembro de 2011.-----

-----**PONTO 5 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DE CEDÊNCIA DO CENTRO CULTURAL DE LAGOS:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Deputados Municipais da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D - 508-26.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respectiva introdução ao assunto.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) anunciou o voto contra da CDU neste Ponto, por entender que este Regulamento nada contribui para o apoio à cultura. Disse que cinquenta dias para solicitar a utilização do Centro Cultural é prazo exagerado e que não concorda com a manutenção de catorze lugares, na primeira fila do auditório do Centro Cultural, reservados para os Membros do Executivo. Considera “violenta” a forma prevista para pagamento, por parte de quem pretende utilizar as instalações do Centro Cultural.-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) perguntou o porquê da Câmara ter direito a receber catorze bilhetes de ingresso gratuitos.-----



-----A Sra. Maria Fernanda Afonso (PS) começou por dizer que a cultura é uma mais valia para qualquer povo. Afirmou que este Regulamento, na sua opinião, é constrangedor a nível cultural. Referiu que conhece bem o Regulamento antigo e acha que se passa do oito para o oitenta. Disse concordar com o estipulado para a cedência do auditório e que nada tem contra a reserva dos catorze lugares, mas não concorda com a cedência das salas de exposição da forma como está prevista, uma vez que até passa a ser da responsabilidade, de quem fica com a sala, a limpeza do espaço, quando todos sabem que é difícil vender um quadro. Referiu que a sua visão do Centro Cultural de Lagos, não é a de um galeria de arte comercial, acrescentando que não entende a cultura como um bem comercial, mas sim como um serviço prestado ao povo.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que um Regulamento, por definição, impõe regras e o intuito deste Regulamento é definir regras para todos. Referiu que este Regulamento procura dar resposta à situação de grave dificuldade municipal e vem na sequência de outras medidas difíceis de tomar. Disse que não considera a cultura um comércio, mas sim uma obrigação, mas a cultura também se paga e as pessoas que fazem cultura também precisam de ganhar, por tudo isto e pela necessidade de gerar poupanças efectivas, o Centro Cultural vai deixar de ter espectáculos todos os dias para passar a ter somente à quinta, sexta e Sábado e vai deixar de ter o programa de exposições, que tem que ser preparado com uma grande antecedência. Referiu que os cinquenta dias de antecedência para marcar um evento no Centro Cultural tem a ver com o facto de programar e divulgar o evento com tempo, mas pode haver excepções devidamente fundamentadas. Disse que a burocracia referida em relação ao pagamento se trata de uma regra de prestação de serviços normal. Informou que os artistas de Lagos estão dispostos a utilizar as salas do Centro Cultural. Disse que palpites todos os podem dar, mas o futuro é que vai dizer se esta solução atinge os objectivos; um dos objectivos é que a Câmara invista menos no quadro de pessoal actualmente no Centro Cultural e que as pessoas que querem expor no espaço sigam a lógica de galeria de arte. Referiu ainda que até ao presente só podia expor no Centro Cultural artistas convidados e partir do momento em que este Regulamento entre em vigor, qualquer artista pode lá expor, claro que sempre dentro dos padrões de qualidade. Sobre os catorze bilhetes da primeira fila do auditório disse que é uma reminiscência do Regulamento anterior e que tem sido aplicado de uma forma razoável, ou seja, os Membros do Executivo que até às dezanove horas, do dia do espectáculo, não dêem indicação que vão utilizar os bilhetes, se houver necessidade, esses bilhetes são vendidos; acrescentou que estes lugares são os piores do auditório.-----

-----A Sra. Maria Fernanda Afonso (PS) disse não ter dado qualquer palpite, apenas se expressou sobre o seu entendimento e conceito de um espaço público cultural e do que entende ser o serviço que esse espaço público deve prestar à população.-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) disse que não compreende o porquê dos Membros do Executivo não pagarem bilhetes, como qualquer outro cidadão.-----

-----A Sra. Filomena Sena (CDS) disse o seguinte: “Considerando a actual conjuntura económica que o País atravessa e nomeadamente a autarquia, é de



Fl. 111v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

reconhecer o esforço que a mesma está a fazer, no sentido da redução de custos e despesas na gestão dos espaços públicos, rentabilizando-os em prole dos munícipes, mantendo um espaço aberto a todos os movimentos culturais, pessoas singulares e colectivas, que pretendam e desejem mostrar e desenvolver a sua actividade, independentemente dos cortes orçamentais, que as autarquias, têm que fazer no campo da cultura, neste caso em apreço.”-----

-----Posto isto passou-se à votação da **PROPOSTA DE REGULAMENTO DE CEDÊNCIA DO CENTRO CULTURAL DE LAGOS**, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	17	5	1	0	0	23
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	1	1
VOTOS CONTRA	1	0	0	1	0	2

-----**DELIBERAÇÃO Nº 84/AM/2011:**

-----**Deliberado**, por maioria, aprovar o Regulamento de Cedência do Centro Cultural de Lagos, nos termos previstos na alínea a) do nº 2, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro e 67/2007, de 31 de Dezembro e conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 21 de Dezembro de 2011.-----

-----**PONTO 6 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ACTUALIZAÇÃO ANUAL E CUSTOS GERAIS DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO, TAXAS E COMPENSAÇÕES URBANÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE LAGOS:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Deputados Municipais da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D - 508-28.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respectiva introdução ao assunto.-----

-----Não tendo havido qualquer intervenção sobre o assunto, passou-se à votação da **PROPOSTA DE ACTUALIZAÇÃO ANUAL E CUSTOS GERAIS DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO, TAXAS E COMPENSAÇÕES URBANÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE LAGOS**.-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 85/AM/2011:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a actualização para 2012 dos valores dos custos gerais da Taxa Municipal de Urbanização, de acordo com a taxa média de inflação no mês de Setembro de 2011, nos termos do disposto na alínea e) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro e 67/2007, de 31 de Dezembro, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 21 de Dezembro de 2011.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da



presente Sessão.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Sessão, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.---

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa, eram 0 horas e 25 minutos, da madrugada do dia 29 de Dezembro, declarou encerrada a Sessão.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Acta que eu,-----

-----,

Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.--
